



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Noroeste - Núcleo de Apoio Regional de Arinos

Parecer nº 31/IEF/NAR ARINOS/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0074412/2021-49

## PARECER ÚNICO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Antônio Rodrigo Mendes Cirino CPF/CNPJ: 040.878.866-62  
Endereço Correspondência: Rua São José, 570, AP 803 Bairro: Centro  
Município: Unaí UF: MG CEP: 38610-026  
Telefone: (38) 3672-4115 E-mail: ecocerrado.ambiental@gmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( x ) Sim, ir para item 3 ( ) Não, ir para item 2

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: CPF/CNPJ:  
Endereço: Bairro:  
Município: UF: CEP:  
Telefone: E-mail:

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Kairós - Unaí MG Área Total (ha): 880,2658  
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Município/UF: Unaí-MG  
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170404-E9EF.65C4.EB1D.4EB7.A3C9.A143.E4E0.FAEA

### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de Cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo.	1,2449	ha
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	246 62,2022	Un ha

### 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de Cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo.	1,2449	ha	23K	312108	8200556
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	246 62,2022	Un ha	23K	311978	8200552

### 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura	Irrigada	63.4471

### 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Pastagem			62,2022
Cerrado	Cerrado Típico		1,2449

### 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de Floresta Nativa	Uso interno no imóvel ou empreendimento	163,4411	m <sup>3</sup>
Madeira de Floresta Nativa	Uso interno no imóvel ou empreendimento	17,5244	m <sup>3</sup>

### 1. HISTÓRICO

- Data da formalização: 17/12/2021
- Data da Vistoria: 18/01/2022
- Data da emissão do parecer técnico: 25/01/2022

## 2.OBJETIVO

É objeto deste parecer é a análise da solicitação de Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em 1,2449 ha e Corte ou aproveitamento de 246 árvores isoladas nativas vivas em 62,2022 hectares, para Agricultura irrigada.

## 3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominada Fazenda Kairós, “está localizado no município de Unaí - MG e possui uma área total de 880,2658 ha equivalente á 13,54 módulos fiscais, a propriedade está inserida no bioma cerrado, a intervenção da atividade a ser desenvolvida com a supressão, corresponde com a classe 2, critério locacional 1 e modalidade LAS/RAS”.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Foi realizado o Cadastro ambiental Rural da propriedade sob os nº MG-3170404-E9EF.65C4.EB1D.4EB7.A3C9.A143.E4E0.FAEA, ocorre diferença aceitável entre a área declarada e a área obtida no sistema de georreferenciamento do CAR, mas a diferença é aceitável e está condizente com a realidade da propriedade.

- Área total indicada no CAR: 880,27 ha
- Área de Reserva legal proposta no CAR: 90,13 há ou 10,24%;
- Área de Reserva legal Averbada indicada no CAR: 90,40 ha ou 10,27%;
- Área de Preservação Permanente indicada no CAR: 110,26 ha;
- Área de uso antrópico consolidado indicado no CAR: 416,02 ha.

- Situação da área de reserva legal:

( x ) A área está preservada: 180,53 ha

( ) A área está em recuperação: 0,0 ha

( ) A área deverá ser recuperada: 0,0 ha.

- Formalização da Reserva Legal:

( x ) Proposta no CAR ( x ) Averbada ( ) Aprovada e Não Averbada.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( x ) Dentro do próprio imóvel;

( ) Compensação em outro imóvel rural de mesma titularidade;

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade.

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

A área de Reserva Legal está disposta em 03 (Três) fragmento dentro do empreendimento.

- Parecer Sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria realizada. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente possui mais de 20% de Reserva Legal.

As áreas de reserva legal estão preservadas e forma ligações com outras áreas de vegetação nativa.

## 4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo 1,2449 hectares e Corte de 246 árvores isoladas nativas vivas em 62,2022 hectares para agricultura, está inserida no bioma cerrado.

Na área de corte de árvores isoladas, onde já encontra-se antropizado com uso de pastagem, foram identificadas espécies protegidas por lei, espécimes de pequizeiro (Caryocar brasiliense) e Ipê Amarelo na área requerida para supressão, onde não encontra-se antropizado não foi identificado espécies protegidas por lei,

segundo a Lei nº. 20.308 de 27 julho de 2012, Art. 2º, Inciso III e art.3º que corrige Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.743, de 15 de dezembro de 1988 e Conforme Lei nº. 20.308 de 27 julho de 2012, Art. 3º em correção a Lei 9743 de 1988 em seu Art. 2º, inciso III, só permite a supressão dos pequizeiros e Ipê amarelo “em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente”.

Taxa de Expediente: Análise Supressão de Cobertura Vegetal Nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo: R\$ 496,94

Taxa de Expediente: Análise de Corte de árvores Isoladas R\$ 737,53

Taxa florestal: Taxa referente à: 163,4411 m³ de Lenha de Vegetação Nativa R\$ 902,46

Taxa florestal: Taxa referente à: 17,5244 m³ de Madeira de Vegetação Nativa R\$ 646,24

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23118818 e 23118815

#### **4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade Natural:

O local de intervenção encontra-se com 7% muito alta, 58% Alta, 35% média.

- Prioridade para conservação da flora:

A propriedade encontra-se em sua totalidade como muito baixa para conservação da flora.

- Prioridade para conservação Biodiversitas:

A área de supressão encontra-se em sua totalidade como muito alta para áreas prioritárias para conservação.

- Unidade de Conservação:

A propriedade não está inserida em unidades de conservação e não está inserida em área de amortecimento de Unidade de Conservação.

- Área Indígenas ou quilombolas:

A propriedade está fora de área indígenas e/ou quilombolas.

- A propriedade não está inserida em área de conflito pelo uso de água

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

Conforme o resultado gerado no simulador de enquadramento na DN COPAM nº217/2017, para uso alternativo do solo de 395.25 hectares para a atividade de Agricultura Irrigada, esta atividade se enquadra na Classe 2, critério locacional 1 e Modalidade LAS/RAS.

#### **4.3 Vistoria realizada:**

No dia 18 de Janeiro de 2022 foi realizada a vistoria técnica na Fazenda Kairós no Município de Unaí-MG, com intuito de verificar o requerimento do processo SEI **2100.01.0074412/2021-49** para a Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo em 1,2449 ha e Corte de 246 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 62,2022 ha, para agricultura irrigada.

A área requerida para a supressão de vegetação nativa encontra-se com cerrado típico, encontra-se em pequenos fragmentos em meio a uma área antropizada por pastagem, onde faz necessário a sua supressão para instalação de um sistema de irrigação tipo pivô central.

A área requerida para o corte das 246 árvores isoladas, encontra-se antropizado, onde a área atualmente vem sendo utilizada como pastagem, as espécies são típicas de cerrado com a presença de pequizeiros e ipê Amarelo.

A área Apresentada no PTRF para o plantio de pequi e Ipê Amarelo tem a presença de árvores isoladas e faz ligação com área de preservação permanente.

##### 4.3.1 Características físicas:

Topografia: A topografia do empreendimento, na área requerida varia de suave ondulada a plana.

solo: Na área do empreendimento predomina o Neossolos Litólicos Eutrófico – RLe5.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: A área de supressão está inserida no bioma cerrado típico, com presença de pastagem.

- Fauna: Mastofauna (veado mateiro, veado catingueiro, tatu, raposa, soim, morcego) Avifauna (anú branco, anú preto, andorinha doméstica, beija-flor, carcará, queroquero, siriema, urubú, de cara preta, ema, garça

entre outros)

Herpetofauna (cobra coral, cascavel, giboia, jararaca.

#### **4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Não foi apresentada alternativa técnica e locacional entendendo que a forma que causaria o menos impacto ambiental seria esta apresentada.

### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

A Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em 1,2449 ha e Corte de 246 árvores isoladas nativas vivas em 62,2022 hectares, para Agricultura para agricultura irrigada, está inserida no bioma cerrado e a supressão não encontra-se antropizada, porém a área de corte de árvores isoladas encontra-se antropizada com uso de pastagem.

Na área antropizada onde será o corte de árvores isoladas foram identificados 05 espécies de pequi e 18 espécies de caraíba, onde se faz necessário sua supressão para implantação da agricultura irrigada através de pivô central, porém os mesmos serão compensados através de plantio.

A propriedade possui uma área total 880,26 hectares equivalente a 13,54 módulos fiscais e 180,53 hectares de Reserva Legal, sendo: 90,40 ha ou 10,27%; Averbados (indicado no CAR) e 90,13 ha ou 10,24% proposto no CAR, o que representa 20,57% do total do empreendimento.

A área indicada no CAR para Reserva Legal é da tipologia de cerrado típico, está preservada e forma corredores ecológicos com outros fragmentos de vegetação nativa na propriedade e com as propriedades vizinhas.

Sugere-se o deferimento do pedido Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo 1,2449 hectares e Corte de 246 árvores isoladas nativas vivas em 62,2022 hectares para agricultura irrigada, desde que cumpra o PTRF de compensação pela supressão dos pequizeiros e Caraíba.

#### **5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

Impactos no meio físico - revolvimento, compactação, exposição do solo, erosão superficial e modificação da paisagem, alteração da qualidade da água pelo carreamento de sólidos, emissão de material particulado.

Mitigação - adotar programas de conservação de água e solo, agilizar a cobertura do solo.

Impacto no meio biótico - retirada de vegetação, aumento do efeito de borda, perda de habitat para a fauna, perda de biodiversidade e aumento de stress da fauna.

Mitigação - prevenção ao fogo, resgate de animais e soltura nas APP's e reserva legal do empreendimento, controle de caça, medidas de prevenção de incêndio e construção de aceiros, força de corredores ecológicos.

Sugerimos adoção de técnicas conservacionistas de solo, para o controle de erosão. das áreas de preservação permanentes e reserva legal do empreendimento.

Meio sócio econômico - aumento da produção de alimentos, através da produção de alimentos e proporcionando geração de emprego.

### **6. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**

Foi apresentado um Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF, onde propõe para a reconstituição com o plantio de 120 mudas dentro delas pequis, Caraíba roxo, Caraíba amarelo e Caraíba, sendo 25 Caryocar brasiliense, 85 Handroanthus ochraceus, 5 Handroanthus impetiginosus e 5 Tabebuia aurea em uma área total de 0,30 hectares, dentro da própria propriedade.

### **7. CONTROLE PROCESSUAL**

Fica dispensada a realização de Manifestação Jurídica por parte do Núcleo de Controle Processual-NCP, conforme previsão contida no Art.44, inciso II do Decreto Estadual nº 47.892 de 23 de março de 2020, o qual estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas, assim:

Art. 44 - O Núcleo de Controle Processual tem como competência coordenar a tramitação de processos administrativos de competência da unidade regional do IEF, bem como prestar assessoramento às demais unidades administrativas em sua área de abrangência, respeitadas as competências da Procuradoria do IEF, com atribuições de:

II - realizar, quando solicitado pelo Supervisor Regional, o controle processual dos processos administrativos de

intervenção ambiental de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar, bem como dos demais processos administrativos de interesse do IEF.

Diante do exposto, a fim de dar maior celeridade quanto ao procedimento de análise, estando a possibilidade de dispensa acoberta pela legislação mencionada, determino o prosseguimento do feito.

## 8.CONCLUSÃO

Somos pelo DEFERIMENTO da solicitação de Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo 1,2449 hectares de vegetação nativa e corte de 246 árvores isoladas nativas vivas em 62,2022 hectares para agricultura irrigada, cuja volumetria total é de 163,4411 m<sup>3</sup> para aproveitamento como lenha de Floresta nativa e 17,5244 m<sup>3</sup> madeira de floresta nativa, para uso interno na Fazenda Kairós, de propriedade do Sr. Antônio Rodrigo Mendes Cirino, no município de Unaí- MG, desde que cumpra todas condicionantes e o o PTRF de compensação pela supressão dos pequizeiros e Caraíba.

Cabe esclarecer que a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta autorização, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto à eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável (is) e/ou sua(s) responsável (is) técnica(s).

Ressalta-se que esta autorização em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, regularização ambiental e outorga pelo uso da água.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

## 9.REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10.CONDICIONANTES

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Cumprir integralmente o PTRF de compensação pela supressão dos pequizeiros e Caraíba.	Conforme Cronograma apresentado no PTRF.
2	Realizar o cercamento na área de pastagem, para evitar a entrada de animais domésticos (Bovinos, equinos, muares, ovinos ou caprinos e etc.) nas área de Reserva Legal e áreas de Preservação Permanente.	180 dias após emissão da Autorização para Intervenção Ambiental
3	Retificar o Cadastro Ambiental Rural - CAR, atualizando as áreas da propriedade, contemplando as novas áreas de uso e ocupação do solo da propriedade, como: áreas consolidadas, novas áreas uteis, novas áreas de reserva legal, novas áreas de remanescente de vegetação nativa, áreas de preservação permanente.	30 dias após emissão da Autorização para Intervenção Ambiental

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

## INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC    ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

**RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO**

**Nome: Nilson Alexandre Garcia**  
**MASP: 118.0559-5**

**RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO**

**DISPENSADO**



Documento assinado eletronicamente por **Nilson Alexandre Garcia, Servidor (a) Público (a)**, em 08/03/2022, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **43202981** e o código CRC **76FB3B82**.

**Referência:** Processo nº 2100.01.0074412/2021-49

SEI nº 43202981